

Aos 20 dias do mês de agosto do ano corrente de dois mil e vinte e seis, deu-se início a mais uma reunião mensal do Conselho Fiscal, realizada na presença de 2 Conselheiros: Rodrigo Carvalho Ferreira e Eduardo Freitas.

Inicialmente, foi apresentado o Balancete de Verificação Consolidado do Município de Niterói, Exercício 2026, referente ao período de julho 2026, contendo o resumo das contas totalizadoras extraídas da contabilidade desta Autarquia, considerando todos os grupos de 1 a 8. Em seguida, foi passada a palavra aos conselheiros para que sinalizassem eventuais dúvidas ou movimentos que merecessem destaque.

Do balancete analisado, destacou-se que o Ativo Total da Autarquia totalizou R\$ 3.626.979.640,47 em 31/07/2026, ante R\$ 3.563.012.386,09 no mês anterior, dos quais R\$ 783.995.596,52 classificados como Ativo Circulante e R\$ 2.842.984.043,95 como Ativo Não Circulante. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 290.040.359,53, e as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo somaram R\$ 2.812.205.714,80. O Total Geral do balancete, considerando as contas de controle orçamentário e de compensação, fechou em R\$ 4.007.434.485,57, com saldo devedor e credor zerados, evidenciando a regularidade do fechamento contábil do período.

Os conselheiros registraram, quanto às contas de controle e compensação (Sistemas 7 e 8) que detalham os investimentos por instituição custodiante, que os saldos por banco conferem com o Relatório Mensal de Investimentos: Caixa Econômica Federal (R\$ 74,2 milhões), Itaú (R\$ 102,9 milhões), Bradesco (R\$ 75,3 milhões), XP (R\$ 3,3 milhões) e BTG Pactual (R\$ 13,7 milhões), não havendo divergência relevante entre as duas fontes quanto a esses montantes. Observou-se ainda que as Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 995.420.428,99) superaram as Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 489.324.507,74) no acumulado do exercício, evidenciando resultado patrimonial positivo no período.

Nesta reunião, o Relatório Mensal de Análise dos Investimentos referente ao mês de julho de 2026, elaborado pela Mais Valia Consultoria & Educação, nos termos do art. 136 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e do item 3.2.6 do Manual do Pró-Gestão RPPS (versão 4.1), foi apresentado aos Conselheiros para esclarecimento de eventuais dúvidas. A carteira apresentou total de R\$ 2.921.967.099,01, sendo R\$ 2.920.917.941,87 aplicados em investimentos e R\$ 1.049.157,14 em disponibilidades financeiras.

A carteira encerrou o mês com rentabilidade de 0,91%, ante meta de 0,57%,

acumulando no exercício de 2026 rentabilidade de 7,81% frente à meta atuarial acumulada de 6,71% (IPCA + 5,56% a.a.), o que representa 116,39% da meta. Manteve-se a concentração predominante em títulos públicos (57,91% da carteira), em conformidade com os limites de alocação por artigo da Resolução CMN nº 5.272/2025 e com a Política de Investimentos de 2026, sem excessos de enquadramento, e com certificação Pró-Gestão Nível 2, válida até 02/09/2028. A consultoria registrou que, no mês, o desempenho da carteira foi beneficiado pela renda variável doméstica e pela renda fixa, ao passo que os investimentos no exterior — notadamente o fundo Schroder Gaia Contour Tech Equity Long & Short (-7,48% no mês) — foram penalizados pela aversão ao risco global.

Os Conselheiros registraram pontos de atenção quanto ao enquadramento da carteira frente aos alvos da Política Anual de Investimentos (PAI) de 2026: os segmentos de Crédito Privado (Art. 7º, VII — 5,01% da carteira, alvo 0%), Investimento no Exterior (Art. 9º, II — 0,71%, alvo 0%), Fundos de Investimento em Participações (Art. 10º, III — 0,73%, alvo 0%) e Fundos de Investimento Imobiliário (Art. 11º — 0,72%, alvo 0%) permanecem acima do alvo estratégico definido na PAI, embora dentro dos limites máximos legais da Resolução CMN nº 5.272/2025. Recomendou-se que a Diretoria de Investimentos apresente, na próxima reunião, justificativa técnica para a manutenção dessas posições fora do alvo ou cronograma de reenquadramento.

Quanto à performance individual dos ativos no mês, os Conselheiros destacaram a perda de -7,48% (R\$ 1,69 milhão) no fundo Schroder Gaia Contour Tech Equity Long & Short, segmento já fora do alvo da PAI, bem como as quedas de -10,72% no Crescera Growth Capital VI e de -4,47% no Spectra VII, fundos estruturados de baixa liquidez. Em sentido oposto, registrou-se a valorização de +12,92% do BTG Hospitalidade Retorno Total FII (BTHR11) e o aporte de R\$ 15 milhões no novo fundo BTG Pactual Synergy Long Only, que estreou com retorno de -1,42% no mês. Ficou definido o acompanhamento desses ativos nas próximas reuniões do Conselho.

Os conselheiros haviam solicitado que fossem separados os processos de concessão de pensão por morte abaixo para análise, todos já implantados em folha de pagamento e encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) por meio do sistema SIGFIS, conforme despacho do Departamento de Benefícios (DIRBE) de 17/04/2026:

- nº 9900245143/2025 (Zilda dos Santos Soares Caxias, viúva de Dimas Soares Caxias, ex-servidor aposentado — matr. 223.471-4; Ato Concessório nº 075/2026, de 16/03/2026; Processo TCE-RJ 226425-4/2026).
- nº 9900011950/2026 (Tania Lucia Teixeira Guimarães, viúva de Nelson Ribeiro Guimarães Filho, servidor aposentado — matr. 212.841-1; Ato

Concessório nº 082/2026, de 20/03/2026; Processo TCE-RJ 224038-3/2026).

- nº 9900001767/2026 (Selma Viana Pereira, esposa de Alberto Silva Pereira, ex-servidor aposentado — matr. 2117679, com pensão alimentícia reconhecida por mandado judicial; Ato Concessório nº 107/2026, de 09/04/2026; Processo TCE-RJ 230798-9/2026).

No tocante à análise dos três processos, verificou-se que todos foram objeto de despacho da Chefe do Departamento de Benefícios, Marina Lemos Christo Moura, confirmando a implantação das respectivas pensões em folha de pagamento e o encaminhamento dos autos ao TCE/RJ para registro, sem pendências apontadas pela unidade técnica à época.

Não foram apontadas, nesta análise, inconsistências que motivassem diligência adicional quanto aos três processos, tendo os Conselheiros registrado a recomendação de que, em reuniões futuras, os processos de concessão de benefício sejam encaminhados ao Conselho já acompanhados de planilha de memória de cálculo e checklist documental padronizado, de modo a agilizar a conferência.

Registrou-se, por fim, que dos seis processos originalmente solicitados pelos Conselheiros para análise nesta reunião, três referiam-se a saldo de vencimentos e ainda não haviam sequer completado o rito processual até a presente data. Considerando que o exame de peças meramente preliminares, sem a instrução concluída, não se mostra necessário nem conclusivo para fins de manifestação deste Conselho, deliberou-se por não proceder à análise de tais processos nesta oportunidade, ficando sua apreciação postergada para reunião subsequente, quando estiverem devidamente instruídos e concluídos.

Nada mais havendo a destacar, foram dados como encerrados os trabalhos relativos a esse escopo, lavrou-se a presente ata que foi entregue aos demais conselheiros para aprovação, após isso, foi encaminhada à administração para dar seguimento nos procedimentos administrativos de praxe.

Eduardo Freitas
Conselheiro

Rodrigo Carvalho
Presidente

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO CONSOLIDADO - JUL DE 2026.

(NITERÓI PREV-NITPREV + NITPREV/FINANCEIRO + NITPREV/PREVIDENCIÁRIO+FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS)

Estrutural/Descrição	Saldo Anterior		Débitos	Créditos	Saldo	Diferença
1. Ativo	3.563.012.386,09	D	1.097.455.015,67	1.033.487.761,29	3.626.979.640,47	63.967.254,38
2. Passivo e Patrimônio Líquido	3.119.817.136,08	C	72.819.046,55	73.885.629,69	3.120.883.719,22	1.066.583,14
3. Variação Patrimonial Diminutiva	434.652.384,04	D	54.727.869,91	55.746,21	489.324.507,74	54.672.123,70
4. Variação Patrimonial Aumentativa	877.847.634,05	C	422.584,79	117.995.379,73	995.420.428,99	117.572.794,94
5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	2.249.346.817,94	D	12.478.461,45	4.114.451,48	2.257.710.827,91	8.364.009,97
6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento	2.249.346.817,94	C	339.161.688,43	347.525.698,40	2.257.710.827,91	8.364.009,97
7. Controles Devedores	6.276.454.272,96	D	1.272.707.875,74	1.011.172.778,33	6.537.989.370,37	261.535.097,41
8. Controles	6.276.454.272,96	C	1.157.661.943,03	1.419.197.040,44	6.537.989.370,37	261.535.097,41
Somatório: 1 + 3 + 5 + 7	12.523.465.861,03	D	2.437.369.222,77	2.048.830.737,31	12.912.004.346,49	388.538.485,46
Somatório: 2 + 4 + 6 + 8	12.523.465.861,03	C	1.570.065.262,80	1.958.603.748,26	12.912.004.346,49	388.538.485,46
	0,00				0,00	

62.900.671,24

62.900.671,24

Eduardo Freitas
ConselheiroRodrigo Carvalho
Presidente